



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010682-55.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Produção Antecipada da Prova - Provas**  
 Requerente: **Geraldo Barbosa dos Santos**  
 Requerido: **Banco Losango S.a**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**GERALDO BARBOSA DOS SANTOS** propôs ação de produção antecipada de prova em face de **BANCO LOSANGO S.A – BANCO MÚLTIPLO**. Preliminarmente, pleiteou pelos benefícios da justiça gratuita, indeferidos (fl. 24). No mérito, alegou que teve seu nome negativado por solicitação do requerido, referente a suposto débito no valor de R\$ 85,59 datado de 04/06/2015. Declarou desconhecer tal débito, tomando conhecimento dele apenas ao lhe ser negado crédito perante o comércio local. Afirmou ter solicitado junto ao réu informações acerca do valor inscrito e documentos hábeis à comprovar sua existência, porém não obteve resposta. Requereu a produção antecipada de prova, para verificar a regularidade da inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 13/23.

Indeferida a gratuidade judicial e determinado que a parte autora providenciasse emenda à inicial para comprovar a validade da notificação encaminhada ao réu (fl. 24).

Manifestação do requerente às fls. 27/34.

Sentença extinguindo o feito sem resolução do mérito, decorrente de indeferimento de petição inicial, por falta de interesse de agir (fls. 36/38).

Razões de apelação às fls. 41/59.

Citado (fl. 65), o banco requerido apresentou contrarrazões de apelação às fls. 66/69.

Decisão (fls. 150/153) deu provimento ao recurso, concedendo ao autor a gratuidade judiciária e determinando o prosseguimento da ação.

O requerido veio aos autos e apresentou contestação (fls. 161/164). Preliminarmente, informou ter sido o Banco HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

incorporado pelo Banco Bradesco S/A, requereu a retificação do polo passivo da demanda. No mérito, afirmou que em decorrência da incorporação ocorrida o contrato físico referente ao negócio jurídico firmado pelo autor fora extraviado, juntando aos autos pesquisa do cadastro do requerente constante no banco de informações do réu. Esclareceu que a negativação inserida é referente à compra efetuada em 04/05/2015, que foi parcelada em 7 prestações no valor de R\$ 85,59 cada, sendo que nenhuma das parcelas foi adimplida, sendo a negativação derivada da prestação não paga. Juntou documentos às fls. 165/243.

Instada à se manifestar acerca da contestação e dos documentos apresentados pelo réu, o autor se manteve inerte (fl. 247).

**É o relatório.**
**Fundamento e decidido.**

**Fl. 161:** Defiro a alteração do polo passivo para que passe a constar Banco Bradesco S/A. **Anote-se.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de produção antecipada de provas solicitada pelo autor a fim de que a parte ré apresentasse nos autos documentos comprobatórios referentes a um débito oriundo do contrato nº 0100282545271, para auferir a legitimidade de cadastro de negativação em nome do autor junto à órgãos de proteção ao crédito.

O requerido veio aos autos e trouxe tais documentos encartados à sua manifestação, às fls. 161/164. Em contestação afirmou ser impossível a apresentação do contrato em função de ter sido extraviado em decorrência de incorporação ocorrida e do lapso temporal.

Frente à contestação e aos documentos apresentados pela parte requerida, o autor se manteve inerte e não mais veio aos autos para demonstrar concordância ou não em relação aos documentos comprobatórios juntados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante da inércia da parte autora, de rigor a homologação dos documentos apresentados, tendo em vista que não houve interposição de quaisquer impugnações.

Friso que, concluída a produção de provas, o processo é extinto através de uma sentença homologatória que não faz qualquer valoração dos fatos ou projeção de consequências jurídicas, o que pode ocorrer em ação própria.

Ante o exposto, **HOMOLOGO OS DOCUMENTOS APRESENTADOS.**

A questão das custas e despesas processuais deverá ser analisada em possível ação principal, quando da existência de vencido e vencedor, visto que esta demanda visou apenas a produção de provas, ocorrendo o mesmo com a verba honorária.

Nos termos do art. 383, do NCPC os autos ficarão disponíveis por um mês, devendo, posteriormente, ser arquivados definitivamente.

P.I.

São Carlos, 20 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**